

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.393.697 - SP (2018/0292287-3)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : DIRSON VIEIRA SOARES
ADVOGADO : JULIANA CRISTINA COGHI - SP241218

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUXÍLIO-DOENÇA. DISPOSITIVOS LEGAIS TIDOS POR VIOLADOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. COMPROVAÇÃO DA INCAPACIDADE LABORATIVA. REQUISITOS LEGAIS IMPLEMENTADOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial em razão da incidência da Súmula 7.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (fls. 139/140, e-STJ):

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ OU AUXÍLIO-DOENÇA. ARTIGOS 42 A 47 e 59 A 62 DA LEI Nº 8.213, DE 24.07.1991. REQUISITOS COMPROVADOS. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS. APLICAÇÃO DA LEI Nº 11.960/2009. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.

- Deixo de apreciar o reexame necessário determinado pelo Juízo a quo, uma vez que a condenação ou o proveito econômico obtido na causa é de valor certo e líquido não excedente a mil salários mínimos, nos termos do art. 496, § 30, inciso 1, do atual CPC.

- O benefício de aposentadoria por invalidez está disciplinado nos artigos 42 a 47 da Lei nº 8.213/1991. Para sua concessão deve haver o preenchimento dos requisitos: a) incapacidade plena e definitiva para atividade laborativa; b) cumprimento da carência mínima de doze meses, à exceção das hipóteses previstas no artigo 151 da lei em epígrafe; c) qualidade de segurado da Previdência Social à época do início da incapacidade ou, então, a demonstração de que deixou de contribuir ao RGPS em decorrência dos problemas de saúde que o incapacitaram; d) ausência de doença ou lesão anterior à filiação ao Regime Geral de Previdência Social, salvo se a incapacidade sobrevier por motivo de agravamento daquelas.

- No benefício de auxílio-doença, a incapacidade há de ser temporária ou, embora permanente, que seja apenas parcial para o exercício de suas atividades profissionais habituais, ou ainda, que haja a possibilidade de reabilitação para outra atividade que garanta o sustento do segurado, nos termos dos artigos 59 e 62 da Lei nº 8.213/1991.

- Incapacidade incontroversa.

- Carência e qualidade de segurado devidamente comprovados.

- Aposentadoria por invalidez concedida.

- Inocorrência de doença preexistente.

- No tocante à correção monetária, deverá ser observado o disposto na Lei nº 11.960/2009, consoante a Repercussão Geral no RE nº 870.947, em 16.04.2015, Rel. Min. Luiz Fux.

- Desse modo, até que seja proferida decisão no Recurso Extraordinário n.º 870.947 é de rigor a aplicação da Lei n.º 11.960/2009 na correção monetária incidente sobre as condenações impostas à Fazenda Pública.
- Assim, os juros de mora e a correção monetária deverão ser calculados na forma prevista no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal, sem prejuízo da aplicação da legislação superveniente, observando-se, ainda, quanto à correção monetária, o disposto na Lei n.º 11.960/2009, consoante a Repercussão Geral reconhecida no RE n.º 870.947, em 16.04.2015, Rel. Min. Luiz Fux.
- Remessa Oficial não conhecida.
- Apelação Autárquica a que se dá parcial provimento.

Embargos de declaração rejeitados.

No recurso especial o recorrente alega violação dos artigos 42, 46 e 59 da Lei n.º 8.213/1991, bem como dos art. 502 e 503 do CPC/2015 e arts 884 e 885 do Código Civil, sustentando o benefício por incapacidade é devido ao segurado que se encontre incapaz para o exercício de atividade laborativa, verificada sua capacidade, não há direito à benesse, sob pena de enriquecimento sem causa do segurado.

Alega ainda que, evidenciado nos autos que após o termo inicial fixado para o benefício a parte recorrida exerceu atividade laborativa, não é devido o benefício por incapacidade no período em que houve labor efetivo do segurado.

Com contrarrazões.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Primeiramente, no que pertine a alegada violação dos artigos 502 e 503 do CPC/2015 e 884 e 885 do Código Civil e assim como a tese de que o exercício da atividade laborativa inviabiliza o recebimento de benefício por incapacidade, observa-se que o conteúdo normativo dos referidos dispositivos, e a tese a eles relacionadas, não foram apreciados, e, apesar da oposição de embargos de declaração, não serviram de sustentáculo à conclusão a que chegou a Corte de origem, no caso em análise. Desatendido, portanto, o requisito do prequestionamento, nos termos da Súmula 211/STJ.

O Tribunal de origem manifestou-se sobre o ponto controverso adotando as seguintes razões de decidir:

Para averiguar a ocorrência ou não de doença preexistente, cumpre fixar, primeiramente, a data do início da incapacidade.

O laudo pericial (fls. 62/72) concluiu que a parte autora é portadora de miocardiopatia chagásica, com história de taquicardia ventricular. Afirma que a parte autora é portadora de cardiodesfibrilador implantável, **estando incapacitada de forma parcial e definitiva para sua função laborativa, não fixando da data do início da incapacidade.**

Contudo, há nos autos documentos que atestam a incapacidade da parte autora (fls. 24/26 e 44 - Receituário Médicos e Atestados), sendo que o documento mais remoto, é datado de 23.07.2015 (fls. 24/25). Assim, fixo essa a data como sendo a do início da incapacidade da parte autora.

E nessa data, a parte autora havia preenchido o requisito da carência, nos termos do art. 25, I, da Lei nº 8.213, o acréscimo de 1/3, nos termos do art. 24, parágrafo único, da citada Lei e mantinha a qualidade de segurado, pois constam registros de trabalho nos períodos de 01.05.1988 a 03.03.1995, 01.11.1996 a 30.09.2006 e contribuições em 01.10.2006 a 30.06.2007 e 01.04.2014 a 29.02.2016 (fl. 57 - CNIS).

Cumpra ressaltar que os documentos às fls. 24 e 26 (Receituário Médico e Atestado), não atestam a incapacidade da parte autora em 2012, como alegado pelo INSS, mas apenas que a parte autora é portadora de cardioversor defibrilador implantável desde 2012.

[...] (grifei)

A Corte de origem, após ampla análise do conjunto fático-probatório, firmou compreensão de que o segurado encontra-se parcial e permanentemente incapacidade para o labor, fazendo jus ao restabelecimento do auxílio-doença desde a data da cessação administrativa do benefício.

Assim, tem-se que a revisão a que chegou o Tribunal de origem sobre a questão demanda o reexame dos fatos e provas constantes nos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial. Incide ao caso a Súmula 7/STJ.

Majoro em 10% os honorários advocatícios fixados anteriormente, observados os limites e parâmetros dos §§2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015.

Ante o exposto, **conheço do agravo para não conhecer** do recurso especial Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator